

Funai vai contra a mineração nas tabas

Brasília - O Presidente da Funai, Nelson Marabuto, depois de uma reunião de emergência realizada na manhã de ontem em seu gabinete, com o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) e as principais lideranças indígenas do País, decidiu transmitir mensagem pelo rádio a todas as delegacias, parques nacionais e ajudâncias do órgão, determinando que não seja permitido o ingresso, nas reservas, sob suas responsabilidades, de companhias de mineração ou de garimpeiros. "Apelo ao Sr. Presidente da República que o reconsidere o seu ato" - afirmou, emocionado, o Presidente da Funai, referindo-se ao decreto que regulamenta a mineração em áreas indígenas.

Em seu radiograma, o Presidente da Funai comunica que tomou conhecimento do decreto pela imprensa, e que até aquele momento não havia recebido qualquer comunicado oficial a respeito do assunto. "Solicito, ainda, informar às lideranças indígenas que a direção da Funai é contra a liberação das áreas indígenas para mineradoras" - finaliza o telegrama. O deputado Mário Juruna chegou a propor uma greve de fome pelos líderes indígenas, hoje, na rampa do Congresso Nacional, "para mostrar ao Governo a revolta dos índios".

O Chefe de Gabinete da Funai, o índio Marcos Terena, afirmou que o presidente João Figueiredo, "mesmo de um leito de hospital conseguiu agredir a comunidade indígena. Isso era até esperado porque ele, no início de seu Governo, em 1980, extinguiu a reserva Waimiri-Atroari, no Amazonas, para beneficiar a empresa Paranapanema de Mineração. Ele conseguiu agredir os índios no início e no final de seu governo" - afirmou.

CONTRA MESTRINHO

Marcos Terena criticou, também, a posição do Governador do

Figueiredo promete reestudar a questão

Brasília - Após conversar com o Ministro do Interior, Mário Andréazza, pelo telefone, o Presidente da Funai anunciou à noite a decisão do presidente João Figueiredo de reestudar a questão da mineração em áreas indígenas, considerando-a "um gesto de grandeza do Presidente". Marabuto disse que o fato de Figueiredo não assinar o decreto liberando a exploração mineral é uma satisfação aos

Amazonas, Gilberto Mestrinho (PMDB), favorável ao decreto presidencial, afirmando que tanto ele como seu irmão estão ligados a empresas de mineração multinacionais e detêm, em Roraima, 56 mil hectares em áreas indígenas, para mineração. A direção da Funai, segundo Marcos Terena, está "consciente" da posição que vem adotando em favor da causa indígena e, "de possíveis represálias que poderão ser adotadas pelo Governo para fazer prevalecer sua vontade" - disse.

Segundo ele, o Governo foi "pressionado" pelas empresas multinacionais a assinar o decreto, pois sabiam que a regulamentação do garimpo não seria feita pela atual direção da Funai. "Isto deve fazer parte dos compromissos assumidos pelo atual Governo com essas empresas. Nossa esperança é que esse decreto seja revogado pelo futuro presidente Tancredo Neves" - afirmou Marcos Terena.

O cacique xavante Aniceto, da reserva de São Marcos, um dos mais exaltados durante a reunião, afirmou que não irá permitir a entrada de pessoas estranhas em sua área, mas se isso acontecer pretende, primeiro, tomar todos os equipamentos e armas. "Se alguém reagir, a gente vai matar todo mundo" - bradou.

O decreto do presidente Figueiredo, levado a seu leito de hospital pelo Ministro das Minas e Energia, César Cals, retira da Funai a competência que lhe fora atribuída no decreto anterior (88.985, de 10 de novembro de 1983), de regulamentar a exploração das áreas indígenas para fins de mineração. O novo decreto afirma que a Funai poderá suspender, "temporária ou definitivamente, os trabalhos de pesquisa ou lavra, quando verificados conflitos, tensões ou danos ao patrimônio indígena, causados comprovadamente pela empresa que

índios e à própria Funai, além de demonstrar preocupação com as possíveis repercussões deste ato.

A notícia foi recebida com alívio pelos quase 100 índios que, vindos de diversas partes do País, preparavam um movimento de protesto ao decreto da mineração. Apesar disso, houve uma certa desconfiança, pois muitos não entenderam muito bem a mudança de orientação do

desenvolve as atividades de mineração".

Segundo Marcos Terena, isso significa, simplesmente, excluir a Funai de qualquer participação no processo. Ele lembrou que sem a presença do órgão de tutela do índio nessas áreas, fatalmente haverá uma grande mortandade, principalmente de crianças, através de doenças levadas pelo homem branco, despreparado para o contato com os indígenas.

O artigo sete do decreto, entretanto, assegura à Funai o direito de exigir das empresas detentoras de autorização de pesquisas ou concessão de lavra, no desenvolvimento dos respectivos trabalhos, a adoção de medidas acauteladoras, objetivando a preservação da cultura, costumes e tradições indígenas. As autorizações de pesquisas e de concessão de lavras serão outorgadas, segundo o decreto, à empresa da administração federal e as empresas privadas nacionais que tenham em suas direções brasileiros natos.

O artigo 110. do decreto determina que poderão ser autorizadas pesquisas em áreas indígenas ainda não demarcadas. "Isto é uma afronta às comunidades indígenas, porque uma empresa poderá passar anos pesquisando minérios em uma área, poluindo suas águas, espantando os animais e, não encontrando o minério, simplesmente, abandonará o local, sem que o índio tenha sua terra demarcada" - afirmou Terena.

Um morto e quatro feridos foi o resultado do conflito de ontem na área próxima ao parque indígena de Mãe Maria, no Pará, quando um grupo de homens armados invadiu a zona e entrou às sete horas de ontem em choque com trabalhadores contratados pela Funai, para a abertura da picada demarcatória. A informação foi prestada pela Presidência da Funai, em Brasília.

Governo Federal. O cacique pucarramãe, Raôni, por exemplo, disse que quer conversar pessoalmente com o Presidente, para ter a garantia de que suas terras não serão exploradas.

O Presidente da Funai disse que pedirá aos índios que se desmobilizem até o próximo fim de semana, cerca de dois mil chegariam a Brasília.

Cals diz que existe apenas uma minuta

"Ao sair do hospital onde o presidente Figueiredo está internado, deixei claro que o Presidente havia aprovado, em princípio, a minuta sobre a exploração de minérios em terras indígenas, mas que a forma final do decreto seria dada pela Presidência da República, através do Conselho de Segurança Nacional e do Ministério da Casa Civil".

O esclarecimento foi feito, ontem, em Fortaleza, pelo Ministro das Minas e Energia, César Cals, ao comentar as declarações do porta-voz da Presidência da República, ministro Carlos Átilla, segundo as quais o presidente Figueiredo teria aprovado, preliminarmente, a sugestão sobre a exploração de minérios em terras indígenas, que, posteriormente, seria levada à apreciação do ministro Danilo Venturini.

Horas antes, ao desembarcar em Fortaleza, Cesar Cals confirmou que o presidente Figueiredo deu sinal verde para ser apreciada uma minuta, elaborada, segundo ele, pelo Ministério do Interior, em que sugere a exploração dos minérios existentes nas terras dos índios, sob a orientação da Funai.

Declarou-se surpreso com a posição adotada pelo Presidente da Funai, Nelson Marabuto, contra a exploração de minérios em reservas indígenas. "É surpreendente que a Funai possa ter essa posição, porque todo o 'royaltie', todas as indenizações serão em benefício das tribos indígenas".

César Cals acrescentou que há mais de seis meses está discutindo a minuta do decreto-lei originária do Ministério do Interior. "É claro que o Ministério das Minas e Energia não pode entender que 45 milhões de hectares de terras brasileiras, ricas em minérios estratégicos e importantes não possam ser exploradas. Procurou-se nessa minuta chegar a um ponto de convergência entre os dois Ministérios em que a exploração seria feita da seguinte maneira: quando se tratar de cata ou garimpo, só pelos índios; quando se tratar de mineração industrial, pelas empresas privadas ou estatais, com diretoria e comercialização integrada por brasileiros, tudo sob a coordenação da Funai".

POLÍTICA

O Ministro declarou que pretende fazer várias viagens aos Estados, com o objetivo de conversar com lideranças do PDS, visando o fortalecimento do Partido nessa fase de novo Governo Federal. "Começarei pelo Ceará, onde devo percorrer cerca de 14 municípios, levando a mensagem do PDS, mostrando que não é porque não tivemos êxito na sucessão presidencial que o PDS deve abalar as suas bases partidárias. O PDS é um Partido forte, com um grande acervo político. Vamos retomar o poder em 86, com a conquista dos Governos estaduais".

Indagado sobre a posição do presidente Figueiredo, César Cals respondeu: "Creio que todos sabem que o projeto político do presidente Figueiredo é o de eleições diretas em todos os níveis. Mas o importante é que haverá rotatividade de poder, com tranquilidade, uma transição de uma fase de Executivo forte para uma fase de Legislativo forte".

O Ministro informou ainda que pretende aglutinar novas forças para o cesismo, além de conversar com lideranças pedessistas cearenses, como o senador Virgílio Távora e o deputado federal Flávio Marcílio.